



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Relatório de Atividades n.º 10/2017

Relativo à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho,
elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia
Legislativa da Região Autónoma dos Açores

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada <u>3577</u>	Proc. n.º <u>37.30</u>
Data: <u>017/11/28</u>	N.º <u>1/XI</u>

22 de novembro de 2017



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

RELATÓRIO DE ATIVIDADES N.º 10/2017, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO, ELABORADO AO ABRIGO DO ARTIGO 103.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Capítulo I **INTRODUÇÃO**

1. Constituição da Comissão

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho é atualmente constituída pelos seguintes deputados:

a) Partido Socialista (PS)

- Bárbara Chaves
- Francisco Coelho
- Graça Silva
- José Contente
- Manuel Ramos
- Pedro Moura
- Ricardo Ramalho

b) Partido Social Democrata (PSD)

- Catarina Chamacame Furtado
- Jaime Vieira
- João Bruto da Costa
- Paulo Parece

c) Partido Popular (CDS-PP)

- Artur Lima

d) Bloco de Esquerda (BE)

- Zuraida Soares



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

e) Partido Comunista Português (PCP)

- João Corvelo - participa sem direito a voto

2. Mesa da Comissão

A Mesa da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho tem a seguinte composição:

Presidente - Francisco Coelho (PS)

Relatora - Graça Silva (PS)

Secretária - Catarina Chamacame Furtado (PSD)

Capítulo II

PERÍODO DE REFERÊNCIA E REUNIÕES EFETUADAS

O presente relatório respeita ao período compreendido entre os dias 13 de outubro de 2017 a 22 de novembro de 2017.

No período em referência, a Comissão reuniu nos seguintes dias:

- 13 de novembro de 2017, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, , na cidade da Horta, ilha do Faial;
- 22 de novembro de 2017, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, , na cidade de Ponta Delgada, ilha de São Miguel.

TRABALHOS REALIZADOS

No período em referência a Comissão procedeu à emissão de Relatório e Parecer sobre:

1. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XI - Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2018;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

2. Proposta de decreto Legislativo Regional n.º 14/XI - Plano Regional Anual para 2018;
3. Relatório e Parecer relativo ao pedido de levantamento de imunidade parlamentar do Deputado João Paulo Valadão Corvelo a fim de ser constituído Arguido, prestar TIR e ser interrogado no âmbito do processo de inquérito n.º 16/17.8T9SCF;
4. Relatório e Parecer sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Mário José Dinis Tomé.

Capítulo IV

TRABALHOS PENDENTES

Estão pendentes, à data do presente relatório, aguardando a conclusão de diligências e a apreciação em Comissão, as seguintes iniciativas:

5. Petição n.º 3/XI - Contra a incineração em São Miguel;
6. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XI - Desafeta do regime florestal parcial uma parcela de terreno localizada no núcleo florestal das Fontinhas, freguesia de S. Brás, concelho da Praia da Vitória;
7. Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XI (CDS/PP) - Cria o Conselho para o Estudo das Potencialidades Geopolíticas e Geoestratégicas dos Açores - G2A;
8. Proposta de Decreto Legislativo - Conselho Económico e Social da Região Autónoma dos Açores;
9. Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XI (PSD) - Conselho Económico e Social dos Açores;
10. Projeto de Resolução n.º 12/XI (CDS/PP e PPM) - Criação do Canal Parlamento/Açores;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

11. Projeto de Resolução - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no sentido de exigir ao Governo da República Portuguesa a reparação dos danos ambientais causados pelas forças militares norte-americanas estacionadas na Base das Lajes - com pedido de urgência;
12. Projeto de Resolução Processo de Descontaminação de Solos e Aquíferos na ilha Terceira - Com Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão;
13. Alargamento dos beneficiários do Programa "Berço de Emprego";
14. Projeto de Resolução - Recomenda a criação do "Portal da Transparência e Participação Cidadã" no âmbito do sítio eletrónico da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;
15. Projeto de Resolução - A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda à Assembleia da República que, em sede de revisão constitucional, suprima o n.º 4 do artigo 51.º da Constituição da República Portuguesa, de forma a eliminar a norma constitucional que proíbe a criação de partidos regionais;
16. Projeto de Decreto-Lei - Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 517/2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa - MM - (Reg. DL 261/2017);
17. Projeto de Lei n.º 609/XIII/3.^a - Atribui o direito a 25 dias de férias anuais, procedendo à 13.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho;
18. Projeto de Resolução n.º 1062/XIII/3.^a - Recomenda ao Governo um maior apoio ao investimento de defesa da floresta conta incêndios;
19. Projeto de Lei n.º 614/XIII/3.^a (PSD) - Primeira alteração à Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto, que cria um sistema de informação cadastral simplificado, e revoga a Lei n.º 152/2015, de 14 de setembro;
20. Projeto de Lei n.º 617/XIII/3.^a (CDS-PP) - Primeira alteração à Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto, que cria um sistema de informação cadastral simplificado e revoga a Lei n.º 152/2015, de 14 de setembro;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

21. Proposta de Lei n.º 98/XIII/3.ª (GOV) - Altera o regime de atribuição de títulos de utilização do domínio público hídrico, relativamente a situações existentes não-tituladas;
22. Projeto de Decreto-Lei - Altera o regime da qualidade da água para consumo humano, transpondo a Diretiva (UE) 2015/1787 - MA - (Reg. DL 342/2017);
23. Projeto de Decreto-Lei - Altera o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2014/52/EU - MA - (Reg. DL 376/2017);
24. Audição n.º 120/XI - Projeto de Lei n.º 512/XIII/2.ª (PS) - Aprova o Regime de Avaliação de Impacto de Género dos Atos Normativos.

Ponta Delgada, 22 de novembro de 2017

A Relatora

Maria da Graça Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente,

Francisco Coelho